

ADRIANO MENESES

**COOPERATIVA DE LIDIANÓPOLIS: ALTERNATIVA NA GERAÇÃO DE
RENDA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª Denise Maria Maia

**CURITIBA
2004**

TERMO DE APROVAÇÃO

ADRIANO MENESES

COOPERATIVA DE LIDIANÓPOLIS: ALTERNATIVA NA GERAÇÃO DE RENDA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas, no Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador : denise maria maia

Prof. Denise Maria Maia

Departamento de Economia – UFPR

Igor Zanone Constant Carneiro Leão
Prof. Igor Zanone Constant Carneiro Leão
Departamento de Economia – UFPR

Othon Juruá Rolim de Souza Reis
Prof. Othon Juruá Rolim de Souza Reis
Departamento de Economia – UFPR

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO.....	3
2.1 FINALIDADES E PRINCÍPIOS DE ROCHDALE.....	4
2.2 RAMOS DE COOPERATIVAS.....	5
2.3 CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO.....	6
3 DESEMPREGO NO BRASIL.....	8
3.1 COOPERATIVAS DE TRABALHO UMA ALTERNATIVA.....	12
4 ALGUNS DESAFIOS PARA O COOPERATIVISMO.....	14
4.1 FATORES DE SUCESSO E FRACASSO EM COOPERATIVAS DE TRABALHO.....	16
5 RELATO - COOPERATIVA DE COSTURA EM LIDIANÓPOLIS (PR).....	19
5.1 MUNICÍPIO DE LIDIANÓPOLIS.....	19
5.2 BREVE RELATO.....	19
5.2.1 1ª ETAPA: DIMENSIONAMENTO DO CAPITAL.....	20
5.2.2 2ª ETAPA : VIABILIDADE ECONÔMICA.....	22
5.2.2.1 CUSTOS FIXOS.....	23
5.2.2.2 MÃO DE OBRA DIRETA.....	24
5.2.2.3 MATERIAS DIRETOS.....	25
5.2.2.4 DESPESAS VARIÁVEIS.....	25
6 REVISÃO PARA CAPITALIZAÇÃO.....	27
7 REVISÃO PARA FUNDOS OBRIGATÓRIOS.....	28
8 MARK-UP DIVISOR.....	29
9 RECEITA OPERACIONAL.....	30
10 INFORMAÇÕES GERAIS.....	31
10.1 RELAÇÃO FINAL DAS MÁQUINAS.....	32
10.2 RELAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS.....	32

10.3 COOPERADOS E FUNÇÕES.....	33
11 CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – INVESTIMENTO FIXO.....	21
TABELA 2 – CUSTOS FIXOS.....	23
TABELA 3 – MÃO DE OBRA DIRETA NECESSÁRIA.....	24
TABELA 4 – DESPESAS VARIÁVEIS.....	26
TABELA 5 – RECEITA OPERACIONAL.....	30

RESUMO

Há no Cooperativismo uma alternativa de geração de emprego e renda, isto poderá ser verificado através da abordagem do caso da Cooperativa de Lidianópolis. Ao certo que, diante do processo da economia capitalista e da globalização, a Cooperativa enfrentará alguns desafios, os quais poderão levá-la ao sucesso ou ao fracasso. Cooperativismo é uma alternativa, uma resposta ao desemprego encontrado no Brasil, bem como diante dos problemas econômicos e sociais pelos quais passam os trabalhadores brasileiros, muitos dos quais já excluídos do mercado de trabalho. Especificamente, a Cooperativa de Trabalho é um ramo do cooperativismo altamente promissor, capaz de reunir profissionais de diversas áreas, para que, juntos obtenham poder de concorrência e profissionalização.

1 INTRODUÇÃO

Cooperativa é uma forma de associação de pessoas que se reúnem para atender às necessidades comuns através de uma atividade econômica. Isto de uma forma reduzida representa cooperativismo. Pode ser definida de uma forma simples como uma organização dirigida para o mercado, mas voltada para dentro, para os próprios cooperados.

A grande finalidade das cooperativas é melhorar a condição de vida de seus sócios. Busca-se promover o trabalho através da ajuda mútua, gerando renda, repartida de forma equânime entre os prestadores laborais.

Existe no cooperativismo o princípio democrático da igualdade de participação de todos os seus membros, independentemente da quantidade de quotas que cada qual possua. Isto demonstra que todos os sócios possuem iguais direitos de participação, ou seja, independente de qualquer outro fator, inclusive a quantidade de capital de cada um deles.

Como consequência da democracia interna, existe a liberdade de ingresso e de saída da cooperativa, sem coerção de qualquer espécie. E esta é mais uma característica essencial das cooperativas, ou seja, um aspecto ligado à espontaneidade das pessoas que devem estar livres para aderir ou não ao trabalho cooperativo.

Diante desta possibilidade de se criar uma cooperativa, encontramos alguns desafios e fatores que poderão ajudar a “decolar” a cooperativa. Não é uma panacéia, mas diante dos problemas sócio-econômicos que a nação brasileira se encontra, podemos vislumbrar que o cooperativismo é uma alternativa para geração de renda, diminuição da pobreza e melhorias nas condições de trabalho e sociais dos associados.

Este estudo demonstra especificamente como as Cooperativas de Trabalho são atuantes em diversos segmentos, reúnem categorias tais como

trabalhadores rurais, médicos, engenheiros, inspetores, jornalistas, tradutores, entre outras.

Vale lembrar que este ramo de cooperativa se apresenta, hoje, como sistema altamente promissor para reunir profissionais, pois, por meio da forma cooperativista, as mais diferentes categorias de trabalhadores autônomos, organizadas, passam a exercer suas atividades de forma coletiva, aumentando seu poder de competição no mercado de trabalho e buscando constantemente sua profissionalização. Abordaremos um estudo de caso em que apresentaremos a Cooperativa de Lidianópolis (PR), especificamente a Cooperfashion, apesar de ser uma cooperativa de confecção, muito nova, já apresenta resultados satisfatórios e de grande valia. Esta Cooperativa nasceu da união de vários trabalhadores, profissionais que estavam a margem do mercado de trabalho e insatisfeitos com a situação econômica e social, buscaram através da união e da solidariedade de todos os cooperados uma alternativa para geração de emprego e renda. Sua citação valerá para enriquecer a teoria de que cooperativismo é uma alternativa de grande valia para se obter emprego e renda.

2 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

Para entender um pouco do processo histórico do cooperativismo, devemos voltar mais ou menos 160 anos. A idéia é bastante antiga, mas os ideais e as posturas persistem até hoje. Na essência pouco mudou, de como era, quando foi fundada a primeira Cooperativa em 1844, na pequena cidade de Rochdale, na Inglaterra.

Naquela época 28 artesãos que haviam perdido as suas atividades, nas primeiras empresas que foram incentivadas pela Revolução Industrial, em função da utilização do vapor como força motriz, resolveram reunir-se para encontrar uma solução para continuarem sobrevivendo do seu trabalho. As dificuldades eram muitas, mas a persistência e determinação desses artesãos, do ramo têxtil, fizeram com que eles conseguissem organizar a primeira Cooperativa de que se tem notícia no mundo. Era uma entidade cooperada na atividade têxtil. Depois de alguns anos, a primeira Cooperativa já contava com 1.400 associados (DENIS, 1993, p. 376).

Houve um crescimento muito grande de Cooperativas por toda Europa, em 1881, já havia em torno de 1000 Cooperativas com mais de 550.000 associados. A idéia do cooperativismo ultrapassou os oceanos e chegou à América nas três primeiras décadas do século XX. Desenvolveu-se muito no novo continente e, também, chegou ao Brasil por volta de 1932, na era Getúlio Vargas, tendo sido consolidada pelo Decreto Federal número 22.232/32.

O artigo 24 desse Decreto definia bem como era, naquela época, uma Cooperativa de Trabalho, entendia-se como organismos constituídos entre operários de uma determinada profissão ou ofício e que poderiam ser vários ofícios de uma mesma classe. Sobretudo se ressalta que o objetivo principal seria melhorar os salário e as condições de trabalho pessoal dos seus associados. Já neste momento não haveria a intervenção de patrão ou empresário.

Entretanto o verdadeiro início do cooperativismo no Brasil, deu-se em

1847, quando o médico francês Jean Maurice Faivre fundou com um grupo de europeus residentes, no Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em forma de cooperativa. Em 1913 surgiu a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea (RJ).

O ideal cooperativista disseminou-se no mundo inteiro e em praticamente todos os setores da economia, sendo aceito e reconhecido em todos os países como a fórmula mais adequada, participativa, justa, democrática e indicada para atender às necessidades e interesses específicos dos trabalhadores. A Cooperativa faz a conexão entre o trabalhador e o mercado. O cooperativismo procura proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por garantir a participação mais ampla possível da população nos frutos da atividade econômica, frente ao grande processo de diminuição dos postos de trabalho, gerado pelo aumento da tecnologia, processo de globalização das economias e até mesmo por crises econômicas. (DENIS, 1993, p. 58)

2.1 FINALIDADES E PRINCÍPIOS DE ROCHDALE

Finalidade Principal:

- Corrigir e modificar o meio econômico social, pacífica e gradativamente;
- Prestar serviços;
- Eliminar a concorrência;
- Eliminar o salariado e o lucro.

Princípios de Rochdale:

- Adesão livre;
- Gestão democrática;
- Retorno pro rata das operações;
- Taxa de juro ao capital;
- Difusão da educação;
- Cooperação entre cooperativas;

- Neutralidade política;
- Neutralidade religiosa;
- Neutralidade racional e religiosa;
- Venda pelo preço justo;
- Constituição de um patrimônio cooperativo indivisível entre os sócios.

De acordo com PINHO (1996, p. 15), a doutrina cooperativista, baseada nos princípios Rochdaleano (em 1844, surgiu em Rochdale a matriz do cooperativismo de consumo iniciativa de 28 tecelões, que buscavam um meio de melhorar sua precária situação econômica), pode ser sintetizada em algumas finalidades e princípios fundamentais, que ainda norteiam o princípio, bem como o processo de existência das cooperativas.

2.2 RAMOS DE COOPERATIVAS

O sistema de cooperativismo é amplo e possui muitos ramos. Hoje o sistema conta com um total de 13 ramos organizados, segue relação:

- Agropecuário
- Consumo
- Crédito
- Educacional
- Especial
- Habitacional
- Infra-estrutura
- Mineral
- Produção
- Saúde
- Trabalho
- Turismo e Lazer
- Transporte

Deste total de 13 ramos, atualmente o Trabalho é o ramo com maior número de cooperativas, sendo 2.024 no Brasil, de acordo com o Presidente da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Márcio Lopes de Freitas.

2.3 CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO

De acordo com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), podemos desenvolver o conceito de Cooperativa de Trabalho como uma organização formada por pessoas físicas, trabalhadores autônomos, de uma ou mais classes de profissionais, reunidas para o exercício profissional em comum, com a finalidade de melhorar a condição econômica e as condições gerais de trabalho dos seus associados, em regime de autogestão democrática e de livre adesão, os quais, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, propõem-se a contratar a execução de obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns.

São trabalhadores cooperados todos os associados da cooperativa, tanto os que executam os trabalhos mais simples e braçais como os especialistas, ou que exercem atividades tipicamente intelectuais.

Quanto à classificação das Cooperativas de Trabalho, temos a seguinte definição e seqüência:

1. Cooperativas de produção ou de serviços: neste caso há equipamentos e instalações que permitem aos associados a execução de produção ou serviços. A negociação se dá pelo objeto de trabalho (produtos ou serviços) e não a força de trabalho em si. Os ganhos decorrem dos trabalhos prestados e são divididos equanimente entre todos associados.

2. Cooperativas de mão-de-obra: aqui não possuem os meios e fatores próprios para realização do trabalho, os quais são fornecidos pela empresa contratante. A característica principal é a oferta de mão de obra.

3. Organizações comunitárias de produção: um exemplo desta organização no

Brasil, são as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Sua característica é a organização das pessoas em comunidades ou vilas e a produção coletiva. Como exemplo, existem os modelos na China (com as “Comunas”), Israel (os Kibutz), México (os “Ejidos”).

4. Cooperativas de trabalho mistas: quando se possui mais de um objeto de atividade. Isto com base do disposto no artigo 10, parágrafo segundo, da lei número 5.764/71.

“Quanto as Coop. de Trabalho, considera-se como tal, tanto as que produzem determinado bem - industrial ou artesanal – quanto àquelas que produzem serviços, incluindo-se, nesse caso, a prestação de serviços de mão de obra” (OLIVEIRA, apud PEREIRA, 1999, p. 9).

De acordo com o Sebrae – SP, “(...) as Cooperativas de Trabalho são empresas de bens e serviços, geridas pelos próprios trabalhadores” (PEREIRA, 1999 p.11).

3 DESEMPREGO NO BRASIL

O capitalismo vem transformando por completo as relações de trabalho atuais e propiciando o surgimento do fenômeno da informalização, da flexibilização do trabalho e do desemprego, propiciando desta forma o aumento da exclusão social nas cidades e no campo. O processo atual é demarcado pelo desemprego nos níveis global e local, as políticas nacionais neoliberais, a automação do parque fabril e a dispensa de mão-de-obra . Cita-se como exemplo o setor bancário e o setor de vendas, através das novas formas de comércio eletrônico, via Internet.

As inovações são rápidas, a desqualificação e a requalificação da mão-de-obra torna-se inevitável. De uma forma diferenciada do desemprego tecnológico do passado, o atual elimina empregos entre operários qualificados e funcionários de médio escalão. A conseqüência é a queda na renda do trabalhador, de forma persistente, mesmo em condições macroeconômicas favoráveis. Isto pode ser resumido da seguinte maneira: a economia cresce, todavia os “bons empregos” (salários altos, benefícios, estabilidade, etc) não aparecem.

Além de substituir o trabalho humano, as novas tendências tecnológicas do capitalismo, estabelecem patamares muito mais rigorosos quanto à qualidade dos produtos e serviços, muitos não alcançados por muitas empresas que seguem métodos tradicionais de produção. Em outras palavras, mesmo que não tenha esse objetivo, a empresa terá de substituir trabalhadores por máquinas, isto se tiver por objetivo se manter no mercado.

Todavia convém diferenciar o desemprego da exclusão social, sendo que esta última pode advir como última conseqüência do próprio desemprego e do desamparo social dele decorrente, o processo é bem exemplificado através de Paul Singer que demonstra o caminho provável do desempregado rumo à indigência social se não contar com nenhuma rede de apoio social expressa por agrupamentos como a família ou a comunidade, das quais constituem a cooperativa:

É sem dúvida incomum uma pessoa estar completamente excluída ou incluída no tecido social. A exclusão social deve ser encarada como uma questão de grau. Contudo, nos países do Terceiro Mundo, existe uma forma de exclusão social que é fundamental: a exclusão econômica. É a forma mais ampla, e suas vítimas estão provavelmente excluídas da maioria das outras sociais. Os sem-teto são uma consequência da exclusão econômica, que ocorre quando a pessoa perde o seu emprego, esgota o seguro-desemprego e gasta suas economias na desesperada batalha para manter as aparências. Aqueles que não podem conseguir os recursos para possuir ou alugar uma moradia normal acabam nas ruas, perdendo desse modo qualquer possibilidade de "manter-se em contato com o mundo" pelo correio, telefone e assim por diante. Se alguém deixa de ter endereço, segue-se daí uma exclusão social total como consequência da desvinculação social.¹

A formação de Cooperativas no Brasil é uma resposta econômica no que diz respeito à disponibilidade de mão-de-obra, gerada pelo desemprego. Existem hoje no nosso país mais de 60 milhões de indivíduos economicamente ativos, desses, mais de 40 milhões (IBGE, 2002) vivem abaixo da linha da pobreza.

De acordo com MATTOSO (1999, p. 91), ao longo dos anos 90 foram eliminados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho, formais da economia brasileira. Desde o primeiro mandato do presidente da república Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1995, foi contabilizado uma queima de 1,8 milhão de empregos formais, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregos (CAGED), do Ministério do Trabalho.

Até maio de 1999 a indústria de transformação reduziu seus empregos formais na década em torno de 1,6 milhão (cerca de 73% do que dispunha em 1989) e os subsetores mais atingidos foram:

- Indústria Têxtil - 364 mil empregos;
- Metalúrgica - 293 mil empregos;
- Mecânica - 214 mil empregos;
- Química e Produtos Farmacêuticos - 204 mil empregos;
- Material de Transporte -92 mil empregos;
- Construção Civil - 322 mil empregos;

¹ SINGER, P. **Uma utopia militante. Repensando o socialismo.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1998, p.71.

- Comércio - 294 mil empregos;
- Setor Financeiro - 354 mil empregos

Importante citar, que apenas o heterogêneo subsetor de Serviços, compreendido por alojamento, alimentação, reparação e diversos, obteve um comportamento positivo (MATTOSO, 1999, p.18).

Pelo lado do governo, o anúncio da criação de empregos entre janeiro e abril de 2004 foi de um total de 534 mil (IBGE-2004) empregos formais em todo o Brasil. Isso dá uma média de 133 mil empregos por mês. Isto está melhor do que em 2003 – uma catástrofe – com uma média mensal de apenas 83 mil postos de trabalho formais.

Sem dúvida, são números importantes, mas o estoque de desempregados no Brasil é de aproximadamente 10 milhões de pessoas. Na base de 133 mil empregos formais por mês levaríamos cerca de sete anos para acomodar os desempregados atuais. Todavia o problema é mais grave porque, anualmente, chegam ao mercado de trabalho, de acordo com o IBGE, quase 2 milhões de jovens que precisam trabalhar. Com isso, os 133 mil empregos mensais não dão sequer para acomodá-los.

Quando se olha para o déficit de vagas levando-se em conta os desempregados e os que chegam ao mercado de trabalho, temos um quadro dramático e de solução demorada.

Para absorver os desempregados e os recém-chegados, o Brasil terá de fazer crescer seu PIB em mais de 5% anuais durante dez anos, isto está bem acima dos 3,5% projetados para 2004. Além disso, a educação da força de trabalho terá de saltar da média atual de 4,5 anos de escola para, no mínimo, 8 anos – o que exige mais de dez anos de trabalho sério na melhoria das condições das escolas, dos professores e das famílias.

De acordo com o IBGE (2003) se o governo pensar em melhorar a qualidade dos empregos, terá de implantar uma nova legislação trabalhista e

previdenciária para acomodar na formalidade os atuais 60% de trabalhadores informais – sendo hoje 50 milhões de pessoas.

De uma forma resumida, a precariedade das condições do mercado de trabalho no Brasil não é nova e nem será eliminada no curto prazo. Nesse meio tempo, conviveremos com o quadro atual, esperamos que um pouco melhorado. Por enquanto o governo expõe as explicações da tecnocracia, segundo as quais o desemprego não é devido à falta de vagas, mas ao excesso de pretendentes.

Do ponto de vista social isto é inaceitável, mas é a desculpa governamental que se estende a outros campos, ou seja, quando as crianças ficam fora da escola, não é por falta de vagas, mas por excesso de nascimentos, assim como a precariedade dos benefícios dos aposentados e pensionistas não se deve à falta de recursos, mas sim à insistência dos velhinhos em querer viver um pouco mais tempo. No caso do desemprego, não faz sentido jogar a culpa na juventude, que, tendo se diplomado ou ainda estudado, sai à procura de trabalho por acreditar ser essa a maneira mais digna de ganhar a vida e construir uma família.

Com olhos voltados para o quadro de desemprego que assola nosso país, muitos trabalhadores estão se unindo, deixando o comodismo de lado, e tomando alguma atitude para contornar este estado de coisas. Segundo SINGER (1998, p. 23), está aparecendo, como uma reação ao capitalismo selvagem, trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho. Um movimento de trabalhadores para formarem uma associação ou uma cooperativa que poderá lhes trazer renda. Isto demonstra que os trabalhadores não estão somente aguardando soluções que possam vir do governo.

Vale citar que as melhorias das condições de vida das classes trabalhadoras, não foram produto do mercado, e sim de disputas políticas e sociais. Foi a “luta de classes” e não as leis de mercado, a responsável pelo ingresso do trabalhador no mercado consumidor.

3.1 COOPERATIVAS DE TRABALHO UMA ALTERNATIVA

As Cooperativas de Trabalho são os meios, com grande potencial e possibilidades para gerar uma mudança social muito importante e extremamente útil. Na medida em que atuar como intermediadora, pode encontrar trabalho para os excluídos, valorizando as atividades profissionais e emancipando os trabalhadores. Frente às dificuldades, os trabalhadores sentem a necessidade de se unirem para enfrentar os reveses da situação que nosso país está vivendo. Por isso, existe a necessidade de se organizarem em Cooperativas, que de certa forma representa um meio de valorizar a sua força produtiva e fazer frente à instabilidade econômica e das condições de encontrar trabalho para sobreviver.

As Cooperativas de Trabalho possuem um papel fundamental, pois, mesmo dentro do capitalismo, o cooperativismo estaria eliminando os intermediários entre o capital e o trabalho, ou seja, o patrão (empregador), como está de forma direta e simples no texto do citado Decreto lei de Getúlio Vargas, conseguindo assim atingir, entre outros objetivos, o de eliminar o desemprego sem recorrer à empresa capitalista de moldes tradicionais, por via de conseqüência, o cooperativismo deve ser estimulado pelo Estado no moldes idealizados pela Constituição Federal de 1988.

Existem muitas vantagens e argumentos em defesa das cooperativas que não podem ser menosprezados, citaremos alguns, com base nos escritos de PERIUS (1997, p. 98):

a) melhoria da renda de seus associados, na medida em que conseguem reter para o grupo associado à famosa mais-valia, que numa relação de trabalho normal, fica em poder do empregador;

b) melhoria nas condições de trabalho, na medida em que as cooperativas transformam associados em empresários, os quais determinam em comum e de forma democrática, as regras de atuação, sempre tendo em conta a predominância do trabalho sobre o capital;

c) melhora da promoção dos cooperados, porquanto estes, ao adquirirem o status de empresários, tornam-se autogestionários de suas próprias atividades, o que fará, obrigatoriamente, nos seus interesses, que se prevejam constantes programas de capacitação para manter a sociedade em níveis competitivos no mercado, isto fará com que a cooperativa ofereça serviços de qualidade, trazendo benefícios para si e para os que contratam serviços.

O cooperativismo de trabalho é uma resposta na geração de empregos, democracia na produção, distribuição de renda mais justa, desalienação do trabalhador, luta dos movimentos sociais contra a pobreza e a exclusão social.

4 ALGUNS DESAFIOS PARA O COOPERATIVISMO

O maior desafio na administração de uma sociedade cooperativa consiste em criar os mecanismos para validação dos princípios de solidariedade, equidade e de preservação da natureza humana, que é característico da ordem cooperativa, sem fazê-la sucumbir, seja pela ineficiência na disputa mercadológica com outros concorrentes, seja pela adoção de soluções que rasgam a ética cooperativista. Abaixo alguns pontos, citados por Pereira (2001, p. 120), consideramos importantes, merecedores de atenção.

As constatações de fracassos de empreendimentos cooperativos, seja de caráter administrativo, econômico, financeiro, de natureza social, tenham seu correspondente, no nível mais profundo, na violação dos princípios fundadores da ética cooperativista.

Apesar da diversidade das experiências nos diferentes países, alguns problemas são comuns e muito fáceis de identificação. Seguem, algumas descrições dos desafios, que são consideradas importantes e fundamentais na sua identificação, para que sejam discutidas e, elaborados planos e propósitos com o objetivo de superá-las ao longo do processo de maturação da cooperativa.

Segue a relação dos desafios mais comuns às cooperativas:

- *Desafio de abolir a mais-valia:* Este é um problema que necessita de muita atenção e reflexão. Muitos acreditam que é o lucro, e não a mais-valia, que deve ser eliminado. As cooperativas necessitam de lucros, mas sua organização tem o objetivo preciso de superar o sobre trabalho, e a mais-valia correspondente a ele que está na raiz da exploração do trabalho humano. Atualmente o método adotado é que as “sobras líquidas” sejam distribuídas aos associados na proporção dos dias de trabalho de cada sócio (cooperativa de produção) ou até mesmo com base no capital, matérias-primas ou produtos que cada associado leva para a cooperativa.

- *Conceber a cooperativa como uma comunidade humana:* Dentro deste tópico encontramos um dos mais importantes desafios do cooperativismo, buscar o desenvolvimento e o bem-estar sustentável de cada associado da cooperativa e de suas famílias. Deve-se buscar de cada associado uma eficiência não apenas econômica, mas integralmente humana. As famílias que compõem a cooperativa serão alvos de atenção, bem como não somente o rendimento individual, mas a renda familiar será objeto de atenção e cuidado.
- *Competição em mercados dominados pelas relações capitalistas de produção:* A cooperativa deverá descobrir todas as formas possíveis de vantagens comparativas em relação às empresas capitalistas e tentar tirar proveito desta situação. Deve haver um cuidado no sentido de não se tornar uma concorrente (concorrência predatória) de outras cooperativas. Uma maneira resumida de ver a concorrência é a seguinte: Para empresas capitalistas, desenvolver métodos de relação mercantil que tenham uma conotação ética. No âmbito do cooperativismo, desenvolver relações ao mesmo tempo comerciais e solidárias.
- *Legislação adequada sobre o cooperativismo:* A legislação brasileira apresenta inúmeros problemas e necessita de muita organização para “madurar” e favorecer o cooperativismo em muitas áreas. Para se ter uma idéia da situação, o número mínimo de sócios é de 20 no Brasil, enquanto no Chile é de cinco e na Espanha são três. Existem propostas de nova legislação em debate no Congresso Nacional, objeto este que não é do interesse principal neste trabalho, mas acrescento que esta questão tem merecido a atenção das cooperativas tradicionais.
- *Questão de crédito e financiamento:* A dependência financeira de fontes de mercado ou governamentais é fatal para a autonomia. Existem no Brasil iniciativas de crédito governamentais, multilaterais e até privadas de

criação de fundos ou bancos que oferecem créditos a pequenos tomadores. Vale ressaltar que muitas linhas de crédito no Brasil, são burocráticas e com taxas de juros elevados, o que de certa forma dificulta a tomada por parte de cooperativas que buscam entrar no mercado, ou mesmo adquirir novas tecnologias, realizarem treinamentos, expandir-se para novos mercados.

- *Educação integral dos associados e suas famílias*: Todo o processo, de educação dos associados e suas famílias, se dará, de forma progressiva, paulatinamente todo grupo de cooperados estará absorvendo os ideais do cooperativismo e solidariedade. Quando a partilha de energia e educação com o coletivo estiver predominando, haverá desdobramentos positivos para cada membro. Através deste processo de evolução educacional, os associados também poderão ampliar e aprofundar suas competências técnicas, comerciais e administrativas e, ao mesmo tempo, sua visão estratégica, sua capacidade de negociação e de ação política e cidadã.

4.1 FATORES DE SUCESSO E FRACASSO EM COOPERATIVAS DE TRABALHO

Objetivo é mostrar as áreas problema que devem ser “trabalhadas”, com objetivo de “driblar” as dificuldades que existirão no processo de criação e maturação da cooperativa, uma vez tendo estas dificuldades sufocadas, a cooperativa estará em condições de “decolar”.

- *Base Financeira Precária*: o agravante deste fator não é só explicado pelo fator de não haver linhas de crédito específicas e disponíveis a iniciativa de cooperativas, mas também, pelo fato de que a formação de capital, em geral, é baixa. A maioria dos membros são financeiramente desprovidos de elevadas quantias, ao ponto que, muitas cooperativas iniciam de forma sub-capitalizada. Per si, seus retornos de investimentos não serão altos e conseqüentemente a participação dos sócios em termos de apropriação de

lucro, será baixa. A afetação é direta de duas maneiras: os membros não terão uma identificação forte com a cooperativa, haverá desestímulo nos associados e com a subcapitalização a tecnologia não será a melhor, logo, o poder de competitividade poderá estar comprometido no mercado. Dificilmente uma cooperativa subcapitalizada terá vida longa.

- *Dificuldade de Definir e Diferenciar a Remuneração de Maneira a Promover e Manter a Motivação Individual: Deve-se buscar a maneira mais justa para remuneração. Conciliar vários pontos de vista, habilidade, desempenho e a responsabilidade não é um trabalho fácil, contudo não há outra maneira. O assunto deverá ser discutido, uma fórmula eficaz deverá ser encontrada e tudo deverá estar no estatuto da cooperativa. A necessidade existe, uma vez, que as partes interessadas (todos sócios) deverão estar satisfeitos com o decidido e principalmente motivados para desempenharem suas funções com motivação e lealdade ao grupo.*
- *Flutuações da Demanda e a Necessidade de Dois Tipos de Trabalhadores: cooperados e assalariados: O jogo das forças de mercado também tem influência nas cooperativas, ou seja, há períodos de expansão da demanda e outros de contração da demanda. Nestas fases do mercado, as cooperativas não podem simplesmente reduzir os membros ou contratar novos membros, uma vez que todos possuem direitos iguais não poderá haver dispensa. Existem cooperativas que estão criando uma nova classe de trabalhadores dentro de si, ou seja, contratam trabalhadores. Logo dentro da própria cooperativa, haverá o associado e o trabalhador empregado. Para a questão econômica é importante, pois resolve o problema da necessidade de mão de obra, entretanto, à cooperativa poderá haver dificuldades estruturais e de relações industriais, sendo os mesmos que a cooperativa tinha por objetivo fundamental resolvê-los. Vale destacar que entidades, como cooperativas, que buscam desenvolver*

objetivos sociais através das atividades econômicas de caráter comercial, devem buscar apoio e estruturar-se de idéias, princípios que contenham racionalidade empresarial.

5 RELATO – COOPERATIVA DE COSTURA EM LIDIANÓPOLIS (PR)

Este capítulo tem por finalidade descrever a formação, bem como os desafios que foram e estão sendo vencidos pela Cooperativa de Lidianópolis. Diante do processo de desemprego capitalista, fica evidente que, a formação de cooperativas é uma alternativa na geração de emprego e renda.

5.1 MUNICÍPIO DE LIDIANÓPOLIS

O município de Lidianópolis, emancipado há doze anos, predominantemente rural, apresenta pouca alternativa de geração de emprego. Ocupa o 2459 lugar entre os 5.507 municípios brasileiros, no ranking de exclusão social, conforme Atlas da Exclusão Social no Brasil, organizado por Marcio Porchmann e Ricardo Amorim, no ano de 2000. O índice de pobreza do município é de 0,438; O índice de escolaridade é de 0,363; O índice de emprego formal é de 0,056; O índice de juventude é de 0,753; O índice de alfabetização é de 0,783; O índice de violência é de 1,000; O índice de desigualdade social é de 0,045; O índice de exclusão social é de 0,455.

5.2 BREVE RELATO

O setor de confecções vem enfrentando um período muito favorável sendo considerado um dos pólos de desenvolvimento principalmente do Estado do Paraná. O número de confecções limitadas no país é de aproximadamente 14 mil (IBGE, 2003).

As pequenas confecções podem ser implantadas em quase todo o território nacional, uma vez que o processo produtivo é bastante simples. Não exige uma infra-estrutura complexa, não requer altos investimentos e equipamentos e a matéria-prima é de fácil aquisição. Por outro lado, o mercado consumidor é amplo e diversificado.

Os principais riscos que corre o pequeno empreendedor é quanto ao

elevado custo da matéria-prima devido ao pequeno volume de compras, mas com o aumento de produção esse quadro se inverte.

Verificamos atualmente uma grande tendência que é a terceirização da mão-de-obra e neste caso a facção, o que torna o crescimento destas um dos maiores fenômenos econômicos deste ramo, uma grande mudança que vem ocorrendo nos últimos 5 anos. (OCB – 2004)

O arranjo físico ideal a este tipo de empreendimento é o galpão industrial, subdividido em setores para organização da produção. Sendo eles: separação, marcação, costura, ferros de passar, acabamento, expedição. Na área da costura ficam as máquinas de overloque, costura reta, ferros e mesas de passar, pespontadeiras, interloque, fechadeira. Na expedição, que pode ser também o escritório, ficam embalagens e estoques de produtos acabados.

No caso particular da Cooperativa de Confecções de Lidianópolis, os cooperados iniciaram suas atividades no ramo de confecção em trabalhos de facção. Porém consideram este estágio apenas transitório para que possam se aprimorar e adquirirem prática e conhecimento. O grande objetivo da cooperativa é o de evoluírem para uma marca própria, deixando a facção para tornarem-se uma cooperativa que produza suas próprias roupas e modelos.

5.2.1 1ª ETAPA: DIMENSIONAMENTO DO CAPITAL

O Capital Social da cooperativa foi formado por um investimento inicial necessário, que constitui-se principalmente de máquinas de costura industrial e também outros utensílios e equipamentos necessários à atividade os quais foram adquiridos da Confelídia, empresa privada, da cidade de Lidianópolis, do qual decretou sua falência, após passar por problemas financeiros e os funcionários desta empresa, resolverão montar uma cooperativa como alternativa de emprego e

renda. Também foi considerado o valor referente a equipamentos de informática (computador + impressora) bem como outros equipamentos necessários à atividade administrativa como aparelho de telefone e calculadora de mesa. Também se constituiu o Capital Social um aporte de capital, necessário para cobrir possíveis perdas no início operacional até que fosse atingido o ponto de equilíbrio.

TABELA 1 – INVESTIMENTO FIXO

Item	Discriminação	Valor (R\$)
01	Máquinas de costura	25.350,00
02	Utensílios e equipamentos	1.050,00
03	Informática	1.500,00
04	Equipamentos para escritório	150,00
05	Aporte de capital	782,00
	TOTAL	28.832,00

FONTE: Relatório de Atividades Realizadas para Implantação da Cooperativa de Confeção de Lidianópolis/PR. Ago. 2003 à Jan. 2004. Curitiba, mar.2004

RELAÇÃO DAS MÁQUINAS ADQUIRIDAS DA CONFELÍDIA.

Quantidade	Discriminação	Valor R\$
01	TRAVETE SINGER 32 PONTOS Nº02 TIPO 2690 Nº 239533	1200,00
01	TRAVETE JUKI LK 233 42 PONTOS Nº F14448	2500,00
01	CÓS KANSAI SPECIAL DLR 1508 PR 5704661M	5850,00
01	FECHADEIRA KANSAI DLR 1503 PTF Nº 055 DJK 5255055	5850,00
01	INTERLOK SIRUBA 757 FX 516X2-56 Nº 20107891	4500,00
01	REBOBINADEIRA CHENG-FENG CF 205 Nº ZL 97240146-6	950,00
01	RETA SIRUBA L 818 – M1 Nº 2606570	1200,00
01	RETA SUNSTAR KM 137 B Nº 33077482	1250,00
08	TOTAL	23.300,0

FONTE: Relatório de Atividades Realizadas para Implantação da Cooperativa de Confeção de Lidianópolis/PR. Ago. 2003 à Jan. 2004. Curitiba, mar.2004

obs – valor negociado com o prefeito de Lidianópolis, segundo ata de reunião do dia 12/12/2003, totalizando R\$ 25.350,00

Resultando, desta maneira, ao valor do Capital Social da cooperativa no valor de R\$ 28.832,00 (Vinte e oito mil e oitocentos e trinta e dois reais). Sendo que, foi dividido pelos 34 sócios fundadores totalizando o valor de R\$848,00 (oitocentos e quarenta e oito reais) por cooperado o qual foi dividido em 10 quotas-partes iguais no valor de R\$84,80 (oitenta e quatro reais e oitenta centavos) integralizadas em parcelas mensais e consecutivas a partir da data de fundação da cooperativa.

O Patrimônio Total da Cooperativa ficou em R\$ 91.139,50 (Noventa e um mil, cento e trinta e nove reais e cinquenta centavos). Constituído por máquinas e equipamentos.

5.2.2 2ª ETAPA : VIABILIDADE ECONÔMICA

Para a viabilidade do empreendimento foram considerados os itens remuneração do cooperado, INSS, despesas fixas, despesas variáveis, capitalização, previsão para fundos obrigatórios.

Os cálculos foram feitos segundo critérios estabelecidos para cooperativas do ramo trabalho, baseadas a partir do fator remuneração do trabalho, considerando para esta o valor mínimo inicial com base no salário mínimo vigente (R\$ 240,00).

A partir de tal cálculo foi estabelecido o ponto de equilíbrio do empreendimento, que permite determinar a Receita Operacional necessária para que não haja lucros nem prejuízos operacionais.

5.2.2.1 1 CUSTOS FIXOS

O valor mensal dos custos fixos poderiam variar muito por motivos, como remuneração dos cooperados, aluguéis, tarifas, mão-de-obra com a contratação de funcionários, etc.

Para estimativa dos Custos Fixos foram considerados dados referentes a estimativas realizadas a partir dos valores analisados nos documentos da antiga fábrica. Considerando que os serviços administrativos e gerais fossem feitos pelos próprios cooperados e que a cooperativa apresentaria outras despesas comuns neste tipo de negócio (como: telefone, honorários contábeis, conservação e limpeza, material de escritório, vigia noturno, serviços de terceiros, consumo de água, despesas financeiras, depreciação, manutenção das máquinas e eventuais), o valor inicial dos custos fixos ficaram em torno de R\$2.378,20 aproximadamente 12% da receita operacional. O custo fixo inicial é acrescentado por meio de uma taxa percentual da receita operacional, pois trata-se de uma condição para o cálculo inicial do mark-up divisor, a mesma estará fixada em parâmetros ao valor aproximado de R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00 com a projeção das atividades da cooperativa. A utilização do fator 12% para a produção inicial é uma adaptação feita para permitir a precificação da receita através do mark-up de uma forma mais coerente e que melhor reflete os processos produtivos.

TABELA 2 – CUSTOS FIXOS

Item	Discriminação	Valor R\$	OBS
01	Consumo de água	80,00	Previsão (não era paga pela Confelídia)
02	Telefone	150,00	Previsão
03	Honorários contábeis	200,00	
04	Material de Expediente	50,00	Previsão
05	Despesas financeiras	65,00	Previsão
06	Depreciação	1.003,20	
07	Manutenção	300,00	Previsão

FONTE: Relatório de Atividades Realizadas para Implantação da Cooperativa de Confeção de Lidianópolis/PR. Ago. 2003 à Jan. 2004. Curitiba, mar.2004

TABELA 2 – CUSTOS FIXOS

08	Serviços de Terceiros	80,00	
09	Eventuais	100,00	Previsão
10	Vigia Noturno	300,00	
11	Material de Limpeza	50,00	Previsão
TOTAL		2.378,20	

FONTE: Relatório de Atividades Realizadas para Implantação da Cooperativa de Confecção de Lidianópolis/PR. Ago. 2003 à Jan. 2004. Curitiba, mar.2004

5.2.2.2 2 MÃO DE OBRA DIRETA

Para uma produção média de 6.0000 peças por mês, a cooperativa requer 34 pessoas trabalhando na produção, com a divisão de funções listadas no quadro abaixo.

TABELA 3 – MÃO DE OBRA DIRETA NECESSÁRIA

Discriminação	Quantidade
Marcação	02
Pespontadeira	07
Reta	10
Interloque	02
Fechadeira	01
Travete	01
Ferro	02
Auxiliar	04
Acabamento	02
Overloque	01
Encarregado	01
Cós	01

FONTE: Relatório de Atividades Realizadas para Implantação da Cooperativa de Confecção de Lidianópolis/PR. Ago. 2003 à Jan. 2004. Curitiba, mar.2004

5.2.2.3 3 MATERIAIS DIRETOS

Os materiais diretos geralmente são tecido, aviamentos (linhas, botão, etc.), etiquetas, embalagens e estampas.

No caso desta cooperativa, não houve gastos com este material pois se trata de uma facção, todo o material direto necessário já é fornecido pelo cliente como um pacote fechado, tratando apenas de os cooperados prestarem o serviço de costura.

5.2.2.4 4 DESPESAS VARIÁVEIS

Para estimativa das Despesas Variáveis foram considerados dados referentes à própria produção inicial dos cooperados.

As linhas se diferem por tipo de peça, quantidade utilizada por peça, tamanho do cone utilizado, tipo de linha utilizada. O cálculo da porcentagem sobre valor foi feito baseando-se na produção e também segundo informações do cooperado Ademar, totalizando 14% da Receita Operacional.

A energia elétrica foi incluída nas despesas variáveis pelo fato de depender diretamente da produção. Foi estimada com base nos dados da antiga Confelídia, bem como com base na fatura referente à produção atual dos cooperados no período de sua produção como cooperativa. Sendo estimada em 3% da Receita Operacional.

Os impostos considerados foram: PIS, COFINS e que totalizaram 3,63% Relativamente ao Imposto sobre Serviços (ISS), a contribuição de um cooperado é dada como trabalhador autônomo que não emite nota fiscal e consiste em uma taxa anual paga à Prefeitura, bem como o recolhimento do Imposto de

Renda (IR) como pessoas físicas, correndo todas essas contribuições por conta do próprio cooperado; portanto não se encontram contempladas na planilha de composição orçamentária.

TABELA 4 – DESPESAS VARIÁVEIS

Item	Discriminação	%
01	Linhas	14 %
02	Energia elétrica	3 %
03	Impostos (PIS + COFINS)	3,65 %
	TOTAL	20,65 %

FONTE: Relatório de Atividades Realizadas para Implantação da Cooperativa de Confeção de Lidianópolis/PR. Ago. 2003 à Jan. 2004. Curitiba, mar.2004

6 PREVISÃO PARA CAPITALIZAÇÃO

A previsão para capitalização mensal da cooperativa, definida em 5% (cinco por cento) da **Receita Operacional** foi medida como sendo um bom número para um início de atividades. Sendo que a capitalização aumenta gradativamente com o crescimento e desenvolvimento das atividades da cooperativa.

7 PREVISÃO PARA FUNDOS OBRIGATÓRIOS

A previsão para fundos obrigatórios foram de 10% pra o FUNDO DE RESERVA, servindo para cobrir eventuais perdas de exercícios subsequentes e para atender necessidades de desenvolvimento da cooperativa. Também 5% para FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social) destinado a custear programas de assistência aos sócios e eventuais funcionários (se houver).

8 MARK-UP DIVISOR

Portanto:

- a. Despesas Fixas12%;
- b. Despesas Variáveis20,65%;
- c. Previsão para Capitalização.....5%;
- d. Previsão para Fundos15%;

De acordo com o somatório dos itens relacionados acima, obtivemos um Mark-UP divisor de 47,35%.

9 - RECEITA OPERACIONAL

TABELA 5 – RECEITA OPERACIONAL

Item	Discriminação	Valor R\$	OBS
01	Remuneração dos cooperados (R\$ 240,00 x 34)	8.160,00	
02	INSS (15% de 9.000,00)	1.224,00	
03	Sub-Total	9.384,00	
04	Despesas Fixas calculada em 12% p/ efeitos de cálculo de mark-up	2.378,20	
05	Despesas Variáveis (20,65%)	4.092,50	
06	Previsão para Capitalização (5%)	990,92	
07	Previsão para Fundos (15%)	2.972,75	10% Fundo de Reserva 5% FATES
08	Mark-up divisor 47,35%		
09	Sub-Total	8.872,97	
10	RECEITA OPERACIONAL (META)	19.818,38	

FONTE: Relatório de Atividades Realizadas para Implantação da Cooperativa de Confeção de Lidianópolis/PR. Ago. 2003 à Jan. 2004. Curitiba, mar.2004

O valor da Receita Operacional estabelecida como ponto de equilíbrio operacional portanto, ficou estabelecido em R\$ 19.818,38 (Dezenove mil oitocentos e dezoito reais e trinta e oito centavos).

Tal meta, medida em unidades produzidas dependerá do tipo de peça, o que é definido distintamente a cada lote. O regime de produção ficou definido de 8 horas/dia, sendo 22 dias por mês. A previsão para a produção é atualmente de 34 peças por hora, perfazendo um total de 6.000 peças/mês.

10- ANEXOS

10.1 - RELAÇÃO FINAL DAS MÁQUINAS DA COOPERATIVA

Discriminação	Valor R\$
Adquiridas da Confelídia:	
TRAVETE SINGER 32 PONTOS Nº02 TIPO 2690 Nº 239533	1200,00
TRAVETE JUKI LK 233 42 PONTOS Nº F14448	2500,00
CÓS CANSAI SPECIAL DLR 1508 PR 5704661M	5850,00
FECHADEIRA KANSAI DLR 1503 PTF Nº 055 DJK 5255055	5850,00
INTERLOK SIRUBA 757 FX 516X2-56 Nº 20107891	4500,00
REBOBINADEIRA CHENG-FENG CF 205 Nº ZL 97240146-6	950,00
RETA SIRUBA L 818 – M1 Nº 2606570	1200,00
RETA SUNSTAR KM 137 B Nº 33077482	1250,00
Doadas pela Secretaria da Criança:	
RETA LAMAX DDL 5600R\$ 1500,00	11500,00
PESPONTADEIRA SUNSTAR 750 BLR\$ 3900,00	7800,00
MÁQUINA DE CÓS	730,00
FERRO A VAPOR UNCHITA.....R\$ 450,00	2700,00
RETA LUKI MSC 555/1	900,00
OVERLOCK GNI 113 TON GYU	350,00
ZIG-ZAG JIKI RETA LZ 271	1800,00
OVERLOCK PHONNER LF 200	800,00
OVERLOCK SIRUBA 737-504 M2-04	3200,00
RETA LAMAX DDL 5600 Nº 001010266	1150,00
RETA COUMBIA 430-2 158359	800,00
RETA SIRUBA L818 M1	1200,00
INTERLOCK BITOLA LARGA	3382,50
PESPONTADEIRA BARRA ALTERNADAR\$	8800,00
MÁQUINA INDUSTRIAL SEWSPECIAL B552002002	13050,00
MÁQUINA INDUSTRIAL JUKI DML 523 RETA COM	4145,00
TOTAL	85.607,50

FONTE: Relatório de Atividades Realizadas para Implantação da Cooperativa de Confeção de Lidianópolis/PR. Ago. 2003 à Jan. 2004. Curitiba, mar.2004

10.2 - RELAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS

Quantidade	Discriminação
ESCRITORIO	
02	Mesa de escrivaninha
01	Armário de arquivo
04	Mesa de telefone
01	Estante
01	Computador
01	Impressora
01	Calculadora eletrônica
10	Bloco de nota fiscal
08	Bloco de fatura
08	Bloco de advertência
02	Bloco de recibo
01	Bloco de nota promissória
01	Carimbo de pagamento
01	Livro ponto
01	Sinaleiro
01	Porta disquete
05	Revolver toque
01	Etiquetadora
02	Porta-aqulha
07	Caneta azul
08	Caneta vermelha
03	Pincel atômico
01	Borracha
04	Porta-cartão
01	Relógio-ponto
COZINHA	
01	Geladeira Brastemp
01	Foção Multi Controi
01	Armário
01	Mesa
04	Cadeira
12	Utensílio de cozinha
20	Copo/caneca
01	Mármore de pia
02	Toalha de rosto
03	Guardanapo
MARCAÇÃO	
07	Estrado de roupa
01	Mesa
BANHEIRO	
01	Manqueira
02	Armário
01	Tambor

FONTE: Relatório de Atividades Realizadas para Implantação da Cooperativa de Confecção de Lidianópolis/PR.
Ago. 2003 à Jan. 2004. Curitiba, mar.2004

10.3 - COOPERADOS E FUNÇÕES

	NOME	FUNÇÃO
01	Ademar	Marcação
02	Ana Rita	Pespontadeira
03	Anderson	Reta
04	Aparecido	Marcação/travete
05	Beatriz	Interlock
06	Carlos Augusto	Fechadeira
07	Cida	Encarregada
08	Cleide	Reta
09	Cleusa	Reta
10	Dinalva	Pespontadeira
11	Dulce	Reta
12	Elisângela	Pespontadeira
13	Geni	Ferro
14	Gilva	Interlock
15	Hélio	Cós
16	Irene	Reta
17	Ivone	Reta
18	José Antônio	Auxiliar
19	Julimara	Overlock
20	Lúcia	Pespontadeira
21	Lucinéia	Ferro
22	Lurdes	Acabamento
23	Maria Antônia	Reta
24	Maria do Carmo	Pespontadeira
25	Maria José	Reta
26	Mariléia	Reta
27	Márcia	Pespontadeira
28	Marcos	Travete
29	Natalina	Reta
30	Nereide	Acabamento
31	Rosana	Auxiliar
32	Roselena	Reta
33	Sandra	Auxiliar
34	Simone	Auxiliar
35	Sérgio	Pespontadeira
36	Vera Lúcia	Reta

FONTE: Relatório de Atividades Realizadas para Implantação da Cooperativa de Confecção de Lidianópolis/PR. Ago. 2003 à Jan. 2004. Curitiba, mar.2004

6 CONCLUSÃO

Cercada pelos princípios de adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica de seus associados, autonomia e independência, educação, capacitação e informação, a cooperativa deve ser constituída por um trabalhador diferente preparado para sobrepor o modo de produção capitalista. O cooperado deve ser um participante direto da cooperativa, deve-se conviver a produção econômica e a visão social de forma harmônica.

O enfoque principal recai no fato de que a formação de cooperativas é uma alternativa para diminuição da pobreza, geração de emprego e renda aos trabalhadores que estão à margem do processo econômico e social. Considerando as taxas de desemprego, índice de analfabetismo, escassez de capital, falta de apoio governamental e fatores sociais que recaem sobre a população brasileira.

Deve-se considerar as particularidades das deficiências para o trabalhador estruturar-se tanto em capacitação técnica, administrativa, econômica, e muitas vezes empreendedoras.

Não se deve colocar a margem os desafios, bem como fatores de sucesso e fracasso que acompanharão a cooperativa ao longo de sua existência. A educação e formação devem estar em unidade com o trabalho, pensando sempre na transformação do novo trabalhador.

O exemplo da cooperativa de Lidianópolis (Pr), ilustra muito bem que a formação de cooperativas é uma alternativa para geração de emprego e renda, haja vista, que este processo não deve ser considerado uma panacéia. A Cooperativa em destaque pode ser vista como bem sucedida, mas isto tem algumas implicações muito importantes, haja vista, que o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Criança e do Provopar (Programa de Geração de Trabalho e Renda), realizou auxílios com doações de equipamentos e apoiando com a equipe técnica para formação da Cooperativa Cooperfashion.

O efeito do apoio financeiro e técnico foi muito importante, pois, atualmente a Cooperativa já é capaz de funcionar sem qualquer interferência governamental ou subsídio de qualquer espécie, com isso vale o questionamento se a Cooperativa de Lidianópolis, Cooperfashion, obteria os mesmos resultados e alcançaria a mesma maturação profissional em tão curto período de tempo, ou seja, um ano de funcionamento, se não houvesse interferência.

A formação do trabalhador, o empenho individual de cada cooperado como gestor e empreendedor, são requisitos necessários, todavia não suficientes para viabilizar o processo de formação e desenvolvimento de cooperativas, antes porém, cabe ao governo e a sociedade, o comprometimento através de políticas públicas eficientes e a busca incessante da equidade econômica e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DENIS, H. **História do Pensamento Econômico**. 7 ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.

MATTOSO, J. **O Brasil Desempregado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2 ed.1999.

OCB. **Organização das Cooperativas Brasileiras. Dados Estatísticos do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>> Acesso em: 25 out. 2004.

OCEPAR. **Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Dados Estatísticos do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br>> Acesso em: 16 nov. 2004.

PEREIRA, A. F. **Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios**. Brasília: OIT, 2001.

PEREIRA, M. I. **Cooperativismo de Trabalho: Impacto no Setor de Serviços**. São Paulo: Editora Pioneira, 1 ed. 1999.

PERIUS, V. **Cooperativa de Trabalho: (Manual de Organização)**. Editora Unisinos, 1997.

_____. **Perspectivas Econômicas**. Vol. 32, n. 97. Série Cooperativismo. N. 41, 1997.

PINHO, D. B. **A Doutrina Cooperativista nos Regimes Capitalistas e Socialista**. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 2º ed, 1996.

PROVOPAR. **Programa de Geração de Trabalho e Renda (Estrutura de Cooperativas)**. Relatório de Atividades Realizadas para Implantação da Cooperativa de Confecção de Lidianópolis/PR. Ago. 2003 à Jan. 2004. Curitiba, mar.2004.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**. São Paulo: Contexto,1998.

_____. **Uma utopia militante. Repensando o socialismo**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1998 , p. 71.